



JUSTIÇA

Direção-Geral da Política de Justiça

Aviso n.º 5914/2020

Sumário: Recrutamento de vários trabalhadores para várias categorias com vínculo prévio à Administração Pública.

A Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça pretende recrutar, de entre trabalhadores licenciados com vínculo prévio à Administração Pública (m/f), para as suas instalações no *Campus* de Justiça de Lisboa:

Chefe da Unidade de Simplificação e Análise de Processos (USAP) — Dirigente intermédio de 2.º grau (para nomeação em substituição até conclusão de concurso) (1 vaga):

Referência “Chefe de Unidade — USAP”:

Requisitos:

Licenciatura ou grau superior em Gestão, Economia, Direito, Engenharia Informática, Industrial ou de Processos ou área afim:

Detentor de um mínimo de 4 anos de exercício de funções profissionais após a licenciatura, em lugar para cujo exercício ou provimento seja legalmente exigível uma licenciatura;

Experiência de direção de equipas e de projetos;

Conhecimento e experiência em análise e reengenharia de processos e/ou consultoria funcional;

Conhecimento da administração da justiça e do sistema judicial português (preferencial).

Técnicos superiores (para a Unidade de Simplificação e Análise de Processos — USAP) (em mobilidade na categoria ou por acordo de cedência de trabalhador):

Referência “I — USAP”:

Requisitos:

Licenciatura ou grau superior em Gestão, Economia, Direito, Engenharia Informática, Industrial ou de Processos ou área afim;

Conhecimentos e experiência em análise e reengenharia de processos e/ou consultoria funcional;

Conhecimento da administração da justiça e do sistema judicial português (preferencial).

Referência “II — USAP”:

Licenciatura ou grau superior em Linguística, Comunicação, Línguas e Literaturas, Filosofia, Direito ou outra área afim no âmbito das Ciências Sociais;

Experiência na formulação de estratégias de comunicação com o público e de documentos para comunicação com o público/simplificação de linguagem técnica;

Conhecimento da administração da justiça e do sistema judicial português (preferencial).

Técnicos superiores juristas (para a Coordenação de Assuntos Europeus — CAE) (em mobilidade na categoria ou por acordo de cedência de trabalhador):

Referência “TS — CAE”:

Requisitos:

Licenciatura ou grau superior em Direito;

Capacidade de trabalho em língua inglesa e preferencialmente noutras línguas estrangeiras;
Disponibilidade para deslocações ao estrangeiro;
Conhecimentos de Direito Penal/Direito Processual Penal e/ou Direito Civil/Direito Processual Civil e/ou Direito Comercial e Societário;
Conhecimentos de Direito da União Europeia;
Experiência de representação e negociação em contexto internacional (preferencial);
Conhecimento da administração da justiça e do sistema judicial português (preferencial);

Técnicos superiores (para a Unidade de Avaliação, Projetos e Monitorização — UAPROM) (em mobilidade na categoria ou por acordo de cedência de trabalhador):

Referência “I — UAPROM”:

Requisitos:

Licenciatura ou grau superior em Economia, Gestão, Informática de Gestão ou área afim
Conhecimentos de Gestão de Projetos;
Conhecimento/interesse pela área informática, nomeadamente inteligência artificial e arquitetura de sistemas (preferencial);
Conhecimento da administração da justiça e do sistema judicial português (preferencial).

Referência “II — UAPROM”:

Requisitos:

Licenciatura ou grau superior em Direito, Administração Pública ou área afim;
Capacidade de trabalho em língua inglesa;
Disponibilidade para deslocações ao estrangeiro;
Conhecimentos e experiência em processos de monitorização (preferencial);
Conhecimento da administração da justiça e do sistema judicial português (preferencial).

Técnicos superiores de contratação pública (para a Direção de Serviços de Gestão de Recursos — DSGR) (em mobilidade na categoria ou por acordo de cedência de trabalhador):

Referência “TS — DSGR”:

Requisitos:

Licenciatura ou grau superior em Direito, Economia, Gestão ou área afim;
Experiência de trabalho em contratação pública na ótica de um serviço da Administração Pública;
Formação específica em Contratação Pública (preferencial).

Os interessados devem enviar a sua candidatura para o e-mail maria.h.santos@dgpj.mj.pt, até dia 13 de abril de 2020, sendo respeitada a confidencialidade das propostas, remetendo currículo e carta de motivação e indicando o lugar e a referência a que se propõem.

Apenas candidatos pré-selecionados serão contactados para eventual entrevista, presencial ou à distância. As competências das unidades da DGPJ em causa podem ser consultadas em <https://dgpj.justica.gov.pt>.

23 de março de 2020. — O Diretor-Geral, *Miguel Romão*.

313165054